

DIFERENÇA ARISTOTÉLICA EM DELEUZE

Gonzalo Montenegro¹

Resumo

Esta comunicação objetiva descrever a interpretação crítica do conceito de diferença aristotélica que Deleuze desenvolve no capítulo I de *Diferença e repetição* (1968). Nessa seção do livro, o autor francês salienta a existência de duas modalidades da diferença em Aristóteles. De um lado, a diferença específica, definida a partir das distinções que surgem dentro um gênero. De outro, a diferença categorial que depende do estabelecimento de relações de analogia entre os gêneros maiores ou categorias. Neste ponto, Deleuze mostra os elos entre o conceito de diferença e a doutrina aristotélica da equivocidade ontológica. O diagnóstico deleuziano salienta também a clara dependência da diferença a respeito dos critérios de definição da identidade no gênero e da analogia na ontologia. Deleuze estabelece um diagnóstico crítico da tentativa aristotélica e determina seus limites perante a tarefa de pensar a diferença *em si*.

Palavras chave: Deleuze; Aristóteles; diferença.

Comunicação

Como sabemos, o estagirita realiza a primeira grande sistematização da estrutura da representação. Este sistema proporciona uma noção precisa de diferença que funciona tanto no âmbito da relação entre gêneros e espécies, quanto na determinação da equivocidade do ser na relação entre os gêneros últimos ou categorias. Nos dois casos Deleuze identifica a elaboração de uma noção de diferença determinada pelas variadas configurações da identidade.

Aristóteles identifica a existência de uma forma de diferença que seria a maior e mais perfeita. Esta seria a contrariedade. De um lado, esta se distingue da pura heterogeneidade porque envolve a existência de um sujeito em comum que serve de base para o estabelecimento da diferença. A diferença, neste sentido, é relativa a um conceito em comum que serve de sujeito de comparação para os contrários. De outro lado, esta diferença permite estabelecer a especificação dentro do conceito geral. A rigor, se trata da diferença específica que pressupõe o gênero sobre cuja base se definem as diferenças particulares que, no caso dos contrários, representam o máximo de diferença.

“Como as coisas que diferem entre si podem diferir em grau maior ou menor, deve haver uma diferença máxima à qual chamo contrariedade. E que a contrariedade seja a diferença máxima fica evidente por indução. [...] as coisas que diferem por espécie geram-se dos contrários tomados como extremos” *Metafísica*, X, 4, 1055a 4-8.

A dependência do gênero para o estabelecimento dos contrários e, em consequência, da diferença perfeita, baseia-se na distinção entre o diverso (ou heterogêneo, *heteron*) e o diferente (*diaphoron*). A diversidade é caracterizada por Aristóteles como uma pluralidade sem relação que não permite o estabelecimento da diferença (*Metafísica*, V, 9-10). Esta se

¹ Professor Adjunto da UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-americana. E-mail: gozznl@gmail.com

define, com efeito, pelas coisas que mesmo sendo diversas “*são por algum aspecto idênticas*” (*Metafísica*, 1018a 12).

Deleuze aponta duas consequências desta abordagem da diferença. De um lado, cria-se um conceito de diversidade que foge ao pensamento e às categorias e pressupõe um estado indeterminado de indiferença e falta de vínculo entre as coisas (*DR*, p. 43-45). De outro lado, tenta-se introduzir a diferença no âmbito da identidade através da contrariedade, garantindo com isso as distinções de grau que definem as variadas espécies ao interior de um gênero.

Assim sendo, a diferença específica constitui o modelo perfeito de diferença para Aristóteles. Ele garante, ao mesmo tempo, a identidade do gênero e a contrariedade das espécies. Deleuze acredita que nesse nível definem-se duas partes essenciais para doutrina da representação aristotélica. Primeiro, a *identidade do conceito*, ou seja, a identidade da noção geral destinada a servir de sujeito da diferença. Segundo, a identidade vai acompanhada da *oposição dos predicados*, ou seja, a oposição entre as espécies que são determinadas a partir das diferenças de grau que existem dentro do mesmo gênero (*DR*, p. 52).

“Diz-se que a diferença é “*mediatizada*” na medida em que se chega a submetê-la à quadrupla raiz da identidade e da oposição, da analogia e da semelhança” *Diferença e repetição*, I, p. 38.

Ora, a questão que surge após determinar a diferença perfeita como interior ao gênero é a definição da diferença entre gêneros. A consequência, mais ou menos óbvia, da distinção entre diversidade e diferença parece sugerir que não haveria forma de pensar a relação entre gêneros. Com efeito, como indica Deleuze, além do gênero onde se define a diferença extrema ou perfeita (*megiste e teleios*) para Aristóteles, só há a diversidade caracterizada pela indiferença e falta de relação.

Aristóteles visa garantir a multiplicidade dos gêneros estabelecendo a reconhecida equivocidade do ser, que “*se diz em muitos sentidos*” (*Metafísica*, VII, 1, 1028a 10). Não obstante, isso coloca a dificuldade de garantir o desenvolvimento da ciência do ser enquanto ser (ontologia), na medida em que precisam-se estabelecer as condições pelas quais o ser enquanto ser possa ser pensado como Um, e ao mesmo tempo a ciência que trata desse âmbito possa também proporcionar unidade às pesquisas. Boa parte do livro IV, especialmente o capítulo 2, se foca na justificação da convergência (*pros hen*) dos diversos sentidos do ser numa mesma unidade ontológica – o ser enquanto ser é um e não vários – e epistemológica – a ciência que trata do ser enquanto ser é uma e não diversa.

O estudo da dita convergência ao longo da tradição abriu espaço para grandes disputas dentro dos estudos dedicados a Aristóteles. A interpretação dominante, introduzida durante a época medieval, considera que a convergência dos sentidos do ser visa uma unidade distributiva e hierárquica ao mesmo tempo. Para o francês a tradução da relação de convergência (*pros hen*) para a *analogia de proporção*, seria adequada na medida em que a diferença de gênero estaria novamente atrelada a alguma forma de identidade. Neste caso, a analogia seria a forma de identidade que permite partilhar um conceito e definir uma hierarquia capaz de definir a diversidade de sujeitos comprometidos na diferença entre gêneros. Com efeito, a equivocidade dos sentidos do ser em Aristóteles tenciona garantir a diversidade dos gêneros e ao mesmo tempo a convergência numa unidade estabelecida pelo fio condutor da categoria de substância. O ser se diz em diversos sentidos, sem embargo, se diz eminentemente como substância (*Metafísica*, IV, 2).

A tentativa de classificação que organiza o pensamento aristotélico motiva a Deleuze a sustentar a existência de um quarto elemento na doutrina da diferença. A diferença

responderia, em primer lugar, à identidade no gênero e aos contrários nas espécies. Este seria o caso da diferença específica. Entretanto, a diferença genérica, responderia à analogia entre categorias. Analogia que permitiria distribuir numa série hierarquizada os diferentes sentidos do ser. Identidade, oposição e analogia definem os grandes blocos da diferença e a aproximam a sua expressão perfeita. Sem embargo, a classificação aristotélica tem dentre suas virtudes principais a capacidade para identificar, nos meandros da experiência e da percepção da diversidade dos entes, as mais finas semelhanças e a constituição de espécies da mais diversa extensão. Não se trata apenas da constituição dos grandes gêneros categoriais, senão também da identificação de pequenos coletivos de semelhança. A semelhança, nesse sentido, opera como garantia da continuidade da percepção, afirma Deleuze.

Desta maneira a doutrina da diferença em Aristóteles reconhece, segundo Deleuze, um *teor sistemático* representado pela organização dos gêneros e espécies em termos de identidade e analogia. Contudo, o estagirita organiza sua doutrina também a partir de uma *continuidade metódica* capaz de identificar, nos detalhes, as pequenas oposições e semelhanças que permitem constituir os graus de diferença dentro de um gênero e, por tanto, definir as diversas espécies.

“No conceito de reflexão, com efeito, a diferença mediadora e mediatizada submete-se de pleno direito à identidade do conceito, à oposição dos predicados, à analogia do juízo, à semelhança da percepção. Reencontra-se aqui o caráter necessariamente quadripartito da representação. A questão é saber se sob todos estes aspectos reflexivos a diferença não perde, ao mesmo tempo, seu conceito e sua realidade” *DR*, I, p. 43

Referências

ARISTÓTELES. *Metafísica* (ed. Reale). Loyola: São Paulo, 2002.

DELEUZE, G. *Diferença e repetição* (trad. Orlandi e Machado). Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FORNAZARI, S. K. A crítica deleuziana ao primado da identidade em Aristóteles e em Platão. *Trans/Form/Ação*, vol. 34, nº 2, Marília, 2011.

MACHADO, R. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

PORFÍRIO. *Isagoge* (trad. Mário Ferreira dos Santos). São Paulo: Editora Matese, 1965.